



SÍNTESE DAS PROPOSTAS, QUESTÕES E INDICATIVOS DOS EVENTOS DE NOVEMBRO DE 2004

RELATORIA: SECRETARIA EXECUTIVA DO FBES

No período de 10 a 15 de novembro de 2004, o FBES realizou duas oficinas com representantes dos empreendimentos e assessorias de todos os estados. Houve uma oficina de Políticas Públicas e outra com os empreendimentos.

Também foi realizada, no mesmo mês a última reunião da Coordenação Nacional de 2004.

No relato abaixo extraímos todos os encaminhamentos, decisões e indicativos resultantes destas atividades, além de alguns informes pertinentes para contextualização. A intenção é que esse material sirva de base para a III Reunião do Conselho Interlocutor, que acontecerá nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2005 em Brasília. Para facilitar a consulta, agrupamos os resultados em 10 categorias gerais, sempre realçando se são *propostas/indicativos*, *informes* ou *questões pendentes*.

1

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2005

Informes:

- Foi decidido que o FBES deveria ter participação efetiva no FSM 2005, com o maior número possível de empreendimentos.
- Dois representantes por estado participaram do V FSM, completando 54 pessoas dos 27 estados;
- Além disso, alguns estados enviaram delegações maiores em ônibus (RO, MG, PA, DF, AC, RJ, SP, SC, PR....).
- A Secretaria Executiva e uma comissão internacional (FBES e redes internacionais) estão trabalhando na organização dos relatos de algumas oficinas e seminários e na confluência de todas as propostas da Economia Solidária no V FSM. Estes documentos sistematizados serão disponibilizados aos estados assim que estiverem prontos.

2

GRUPOS DE TRABALHO – GT's

Indicativos e propostas:

- Rearticular e reanimar o GT de Finanças solidárias, que já existe
- Transformar a EGE do mapeamento em um GT como os GT's já existentes dentro do FBES;

3

FUNDO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Indicativos e propostas:

- Construir um Fundo para sustentabilidade da Economia Solidária
- Um percentual (a ser definido) deve ficar com o Fórum Estadual e outro para o FBES;
- O Fundo será destinado primordialmente para construção dos espaços da ES, a exemplo de outros movimentos no Brasil. Seria um grande Projeto nacional, que pode ser enviado para BNDES:
- O Fundo deve fortalecer as seguintes formas de Finanças Solidárias:
 - Fundo rotativo;

- Cooperativa de Crédito;
- Moedas sociais;
- Poupanças solidárias;
- Gestão partilhada pelos três segmentos da Economia solidária:
- Fundo descentralizado; para desenvolvimento local, com a participação dos Fóruns locais;
- O Fundo deve ficar no âmbito do Conselho Nacional da Economia Solidária.
- Precisamos nos organizar em ONG's, Associações, etc., para facilitar o acesso a financiamentos;
- O Fundo deve ser composto de recursos de diferentes fontes (MDS, FAT, etc): não ter fonte única;

Propostas sobre as diferentes formas de Finanças Solidárias:

- Criar meios para intercambiar experiências sobre práticas de Moedas sociais, fundos Solidários/Rotativos, Fundos Públicos (acesso);
- Articular, localmente, as formas de Finanças Solidárias aos Centros da Economia Solidária;
- Desenvolver capacidade de gestão dessas formas pelos próprios empreendimentos;

Propostas relacionadas às finanças internas do movimento de ES:

- Realizar uma campanha nacional de finanças internas visando:
 - que todas pessoas envolvidas com a Economia Solidária contribuam com dois reais no Dia Nacional da Economia Solidária;
 - que cada empreendimento contribua regularmente com um percentual, a ser definido, de seus recursos;
- Criar o PRONAES.

Informe:

- O **PRONAES** de combate à pobreza (370 milhões) está sendo discutido pelo GT de Finanças Solidárias, com uma parte voltada para a formação;

Propostas relacionadas à criação do PRONAES:

- Socializar o acúmulo da discussão sobre o tema;
- Criar um grupo para estudar o **PRONAF** e ver suas vantagens e desvantagens (ver em que medida pode ser um modelo de fundo da ES);
- Lutar politicamente para que a Economia Solidária se beneficie de linhas de recursos dentro do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Criar um Programa Nacional de Micro-Crédito, onde a SENAES será coordenadora;
- Lutar para que o PROGER tenha direcionamento também para a Economia Solidária;
- Proposta de estratégia e tarefa principal do GT de Finanças Solidárias: Realização, em 2005, de um Encontro Nacional exclusivo sobre financiamento aos empreendimentos.

4

FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DOS FÓRUNS NACIONAL E ESTADUAIS

4.1 – QUESTÕES GERAIS:

Indicativos e propostas:

- Realizar uma Feira Nacional da Economia Solidária em Brasília em 2005:
 - montar um comitê para organizar esta Feira.
- Garantir recursos para:
 - realização de dois encontros e feiras anuais para cada estado;
 - atuação da equipe animadora dos Fóruns Estaduais;
- Realização de encontros regionais das equipes de animação:
- Apoio da SENAES para formulação das legislações estaduais de Economia solidária:
- Garantir a capilarização dos Fóruns no interior dos estados, por exemplo através da EGE/mapeamento;
- Buscar trazer a EGE/mapeamento para dentro dos Fóruns Estaduais;

- Iniciar o debate sobre a organização da IV Plenária Nacional do FBES e/ou a realização da Conferência, ainda em 2005;
- Reforçar as organizações regionais e estaduais:
 - criar um Conselho nos Fóruns Estaduais que coordene a articulação nos estados;
 - organizar Seminários nos Estados dos empreendimentos relacionados a fatores produtivos
 - perceber se os produtos têm qualidade e se estão adequados ao mercado;

4.2 - COORDENAÇÃO NACIONAL E CONSELHO INTERLOCUTOR

Indicativos e propostas:

- Discutir e definir o papel do Conselho Interlocutor e sua representatividade em relação à Coordenação Nacional e aos Fóruns Estaduais;
- Redesenhar a composição do Conselho Interlocutor seria um avanço no papel político dessa instância na tomada de decisões;
- Redefinir papéis do Conselho Interlocutor, Coordenação Nacional e GT's;
- Priorizar a rearticulação dos trabalhos dos GT's;
- Ver a relação estabelecida entre o FBES com a SENAES nessa construção;
- Estabelecer critérios e prazos para a troca dos representantes dos estados na coordenação nacional e conselho interlocutor;
- Os Fóruns Estaduais devem discutir a pauta das reuniões nacionais antes;
- Consolidar a Coordenação Nacional como espaço de debate político: não deve ser espaço de formação (a formação deve ocorrer nos estados e em oficinas e encontros nacionais específicos);
- Realizar Encontro das Assessorias para avaliar a trajetória deste segmento no FBES;
- Questão: Como democratizar os conteúdos produzidos nos GT's?
- Agenda dos estados devem ser sincronizadas em "antes" e "depois" das reuniões nacionais;
- Refletir e discutir se o FBES deve ter personalidade jurídica própria (assim poderia gerir o Fundo);
- Avaliar a resposta do FBES aos estados;
- Equilibrar a correlação de forças dos segmentos;
- Buscar uma agenda política com outros movimentos sociais;
- A Comissão de Acompanhamento, junto com a Secretaria Executiva e SENAES, devem preparar a proposta de pauta e a III reunião do Conselho Interlocutor;
- Foi marcada a IV Reunião da Coordenação Nacional para **abril de 2005**;

4.3 – INCLUSÃO DE NOVOS ATORES NO FBES:

Indicativos e propostas:

- Os estados devem discutir os critérios para a entrada de novos atores (redes e entidades nacionais) na Coordenação Nacional e no Conselho Interlocutor;

4.4 - SECRETARIAS EXECUTIVAS NACIONAL E ESTADUAIS:

Indicativos e propostas:

- Definir estratégias de captação de recursos diferenciados para o fortalecimento das Secretarias Executivas;
- Apoiar a Comissão de Acompanhamento na sua tarefa de fortalecer a Secretaria Executiva;
- Criar um "GT de Sustentabilidade" do FBES para elaborar um projeto de fortalecimento;
- Viabilizar as Secretarias Executivas e sua continuidade (Nacional e Estaduais) (**Informe:** O Convênio SENAES e ADS/CUT para Secretária Executiva do FBES só vai durar seis meses)

4.5 - CATÁLOGO:

Indicativos e propostas:

- Criar um Catálogo através de:
 - cadastro eletrônico na página do FBES;
 - Resultados do mapeamento.
- Os Fóruns Estaduais reproduzem este catálogo para quem não tem acesso à internet;
- Este catálogo deve ser divulgado por rádios comunitárias;

4.6 - FORTALECIMENTO DO FBES COM O ESTADO

4.6.1 - DRT'S:

- Reforçar a formação dos funcionários das DRT's e capilarizar esta formação;
- Fóruns Estaduais devem afirmar seu protagonismo e buscar a aliança com as DRT's;

4.6.2 - GRUPOS DE TRABALHO (GT's) E EQUIPES GESTORAS ESTADUAIS DO MAPEAMENTO (EGE's):

- O GT Nacional de Mapeamento deve continuar seu trabalho, monitorando os resultados, com o intuito de garantir que o pessoal da Economia Solidária não fique de fora e impedir que outros que não são entrem no Mapeamento.
 - Este monitoramento e diálogo com as EGE's devem qualificar o debate da Economia Solidária de forma que os próprios grupos possam discutir sua identidade com a Economia Solidária;
- Devem ter definidas as funções dos GT's e das EGE's e quais respostas que cada uma deve dar;
- A comunicação dos GT's com o FBES e Fóruns Estaduais deve ser melhorada;

Questão pendente:

- Pode-se disseminar os GT's nos estados, no modelo das EGE's, de forma a fazer penetrar mais as discussões?

4.7 - FORTALECIMENTO DO FBES COM A SOCIEDADE

4.7.1 - DIA E SEMANA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONFERÊNCIA NACIONAL:

- Semana Nacional da ES:
 - Concentrar feiras nesta semana culminando com o dia nacional;
 - Definir o período das feiras estaduais para essa semana;
- "Natal Solidário"
 - Concentrar campanhas e mídia pelo "natal solidário" (ou "natal das compras solidárias");
 - Relacionar "natal sem fome" e "natal solidário".
- Dia Nacional da Economia Solidária
 - Arrecadar fundos para sustentar a Secretaria Executiva do FBES;
 - Data do Dia Nacional: duas propostas para serem discutidas nos estados, a partir de textos defendendo cada uma das datas: **15 de novembro** (proclamação da república) ou **15 de dezembro** (nascimento de Chico Mendes);
 - O Dia Nacional da Economia solidária deve ter manifestações em todos os âmbitos (local, estadual e nacional)

4.7.2 - FEIRAS:

- Elaborar um calendário de feiras municipais, estaduais, nacional;
- Trabalhar a formação juntamente com a comercialização;
- Avaliar como estão as feiras apoiadas pela SENAES (sua auto-gestão, etc.)

4.7.3 - CENTRAIS DE COMERCIALIZAÇÃO:

- ESPAÇO: Que estas Centrais sejam espaços para:
 - Encontro, troca de experiências;
 - Estudo e debate;
 - Informação;
 - Formação;
 - Exposição de produtos;

- Fazer negócios (compra e venda)
- A gestão e administração devem ser dos empreendimentos
- Exemplo: Casa da Economia solidária do Rio Grande do Sul

5

FORMAÇÃO

Indicativos e propostas:

- PNQ – Lutar pela criação de uma linha de formação em Economia Solidária no PNQ;
- Formatar um programa regional de formação em Economia solidária;
- Garantir a formação continuada dos empreendimentos;

6

CONSELHO NACIONAL

Informes:

- Já existia o Grupo de Trabalho Conselho Nacional que realizou uma reunião, foi ampliado e ficou com a seguinte composição: Ademar Bertucci (Cáritas Brasileira), Débora Nunes (BA), Domingos Olimpio (DF), Maria Dalvani (RO), Romeu Lemos (Rede de Gestores) e Valmor (SENAES)
- O objetivo deste GT era sistematizar e continuar, junto com a SENAES, as discussões ocorridas na reunião da Coordenação Nacional, além de encaminhar o processo para que os Fóruns Estaduais continuassem o debate
- Para cumprir este objetivo, foi realizada uma reunião no dia 1º de dezembro de 2004; foi elaborado um texto-base para discussão nos estados; e foi marcada a vídeo conferência do dia 21 de fevereiro de 2005;

Indicativos e propostas:

- Realizar Conferências municipais, micro-regionais e estaduais até novembro de 2005;
- Realizar, até abril de 2006, a Conferência Nacional (atenção para o ano eleitoral!);
- Motivações políticas da Conferência:
 - Momento de estabelecer um Estatuto da Economia Solidária;
 - Momento de consolidar propostas para políticas públicas nos âmbitos: municipal, estadual e federal, considerando o balanço de três anos de existência da SENAES;
 - Avançar no diálogo pela disputa do movimento da pauta/agenda nacional durante o ano eleitoral;
 - Consolidar o Conselho Nacional no que diz respeito à sua configuração e territorialidade.

7

RECURSOS SENAES

Indicativos e propostas:

- Criar uma Comissão de acompanhamento e fiscalização da gestão dos recursos que são repassados pela SENAES:
 - Facilitar este repasse para os Fóruns Estaduais com informações mais claras sobre os prazos de repasse, valor e prestação de contas;
 - O repasse de recursos para os governos estaduais e municipais, para os empreendimentos e entidades, precisa ser precedido de discussões nos Fóruns Estaduais;
- As liberações dos recursos poderiam ser por editais, obedecendo às seguintes prioridades:
 - Sustentabilidade dos empreendimentos,
 - Garantir a mobilização do movimento nas Plenárias e as feiras de cada estado, com uma ajuda aos movimentos para envio dos projetos;
 - Esclarecimento: dificuldade com o convênio do Banco do Brasil;
 - Deve haver uma dinâmica de comunicação da SENAES de forma que os resultados de sua ação (resultados dos GT's, financiamentos liberados, etc) chegue aos estados;

8 ANO INTERNACIONAL DO MICROCRÉDITO

Indicativos e propostas:

- Realizar evento nacional do FBES sobre Finanças Solidárias – como enfoque brasileiro no ano internacional;
- Realizar eventos estaduais (audiências públicas etc) sobre finanças solidárias;
- Avaliar se foi aprofundado o debate sobre Fundo Solidário Mundial durante o Fórum Social Mundial.

9 BRASIL & FRANÇA

Informes:

- Feira em Saint Denis – França – acontece em julho de 2005: parte cultural, debate, mostras e negociação;
- Não há recursos para levar pessoas para a França;
- Reunião com prefeitura de Saint Denis, que é socialista e tem forte relação com o Brasil, vai decidir como encaminhar as questões;
- As cooperações Brasil-França nunca foram em Economia Solidária;
- Serão 15 dias de eventos – 14 de julho o Presidente Lula vai participar da comemoração da tomada da Bastilha;
- O projeto dos franceses prevê um limite de 10 estandes, e eles estão em contatos com outros grupos.

Indicativos e propostas:

- Socializar o calendário da feira;
- Tentar garantir a presença de 10 a 15 empreendimentos;

Questões:

- Houve momento durante o Fórum Social Mundial 2005 para discutir sobre a feira de Saint-Denis?
- Em caso positivo, quais os resultados?
- Como captar recursos para a ida à França?

10 COMÉRCIO ÉTICO JUSTO E SOLIDÁRIO

Informes:

- Jean Pierre Medaets, consultor da Secretaria de Agricultura Familiar, fez uma exposição sobre o assunto. Seu trabalho é identificar sinais de agricultores familiares e tentar elaborar instrumentos de política pública que atendam a esta categoria;
- A percepção de existência de sinais de comercialização diferenciados começou a fazer sentido dentro da Secretaria de Agricultura Familiar (do MDA). É necessária uma aproximação da sociedade para estabelecer política pública para uma forma de comercialização diferenciada;
- Comércio Ético e Solidário é um componente da Economia Solidária: se relaciona com o Departamento de Fomento da SENAES em diversas ações (p.ex: trabalho com o mapeamento, feiras, discussão do comércio ético e solidário);
- É uma oportunidade para os empreendimentos se encontrarem, através de representação do FBES do segmento de empreendimentos;
- A Rede FACES do Brasil foi criada através de encontros nas regiões do Brasil e audiências públicas nos quais a proposta foi mudada várias vezes.

Questões:

- É necessário um sistema de comércio ético e solidário?
- Se sim, como estruturar? Qual a sua cara?
- O governo quer discutir estas duas perguntas e continuar o esforço de aproximação junto ao FBES;

Definições:

- **Mercado solidário:** as relações locais são fundamentais, o canal ou ambiente de comercialização não é o que interessa, mas os critérios, se são justos para o ambiente de produção ou não;
- **Comércio solidário:** relação mais justa entre o comércio e o ambiente de produção. Visa substituir o intermediário por algo mais efetivo e justo.